

Ata da 330ª reunião do Conselho
da Ordem dos Advogados, Seção
de Pernambuco.

Caso trize (13) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e nove, às dezesseis horas na sala de reuniões no 4º andar do Palácio da Justiça, esteve reunido em sessão ordinária, o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, sob a presidência do Ex. Conselheiro Carlos Martins Moreira, vice-presidente em exercício, servindo como primeiro Secretário ad-hoc o Cons. Pelágio Silveira e como segundo Secretário o Cons. Reinaldo Câmara, presentes ainda os Conselheiros Sigmundo do Cabral de Melo, Alegor Soriano, Antonio Ferreira Magalhães, Theraldo José de Almeida, Luis Pinto Ferreira, Berquedof Elliot, Jorge Carneiro da Cunha, José Laurêncio Accioly, Gustavo Brito Paashaus e Rodolfo Albuquerque de Araújo. Inicialmente, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em pauta por terem sido adiadas desde a reunião anterior foram julgados os seguintes assuntos: Requerimento da viúva do Advogado Teófilo Severino de Almeida, solicitando, tendo o Conselho aprovado o parecer do relator Berquedof Elliot, no sentido de conceder, à viúva de pecúlio uma ajuda de cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzados), contra os votos dos Conselheiros Reinaldo Câmara, Pelágio Silveira

e Sigismundo Cabral de Melo, que entendiam não ser competência da Ordem, tal espécie de ajuda; Representação contra o cidadão José das Ladeiras de Leucena que na qualidade de advogado dos presos pobres na Comarca de Rio de Janeiro de Deus, não se conduzia convenientemente, decidindo o Conselho pelo arquivamento da denúncia, uma vez, que o denunciado não é membro da Ordem e, conseqüentemente, não está sujeito a disciplina da mesma. Em seguida o Presidente, levou conhecimento do Conselho o teor de um ofício, enviado por um grupo de advogados, comunicando o resultado de uma subscrição que promovera em favor da família de um ex-associado Dr. Ruben Dutra Leins, bem como transmitindo os agradecimentos daquela família. O Conselho tomou conhecimento, requirido-se o arquivamento. Pelo sr. 2º Secretário, foi lida em seguida uma reclamação encaminhada à Ordem, pelo Centro de Estudantes Secundários de Pernambuco, contra o advogado Edgar Leacerda e relativo a um incidente havido em Educandário desta Capital. O Conselho debater o assunto e decidiu unanimemente determinar arquivamento da reclamação, uma vez, que o fato em tela, não tivera qualquer ligação com o exercício da profissão de Advogado, mais, agindo o Dr. Edgar Leacerda na

qualidade, de Inspetor Federal de Ensino, o que fazia o assunto refugir à competência do Conselho. Ainda, no expediente, foram lidos três telegramas enviados à Presidência da Ordem, e ligados a fatos ocorridos no último pleito eleitoral do Estado. Como nenhum dos três acentuamentos aludidos nos telegramas envolvesse algum dos membros da Ordem no exercício de profissão advocatícia, foram os despachos mandados a arquivo. O Conselho, foi em seguida chamado a se pronunciar sobre a proposta formulada pelo leus. Pelágio Silveira, no sentido de ser dado o nome do falecido Reitor Joaquim Amagoras, à Biblioteca doada pelo mesmo à Ordem dos Advogados e que inicialmente se pretendia nomear em homenagem ao pai daquêle Reitor, que também fora cultor do Direito. Debatido o assunto, o Conselho, contra o voto do leus. Sigismundo Leabra de Melo, decidiu aprovar a proposta considerando que a substituição do nome atenuava ao quase dever que se impunha à Ordem de perpetuar o nome de Joaquim Amagoras na Biblioteca que em vida lhe pertencera, sem com isso fazer qualquer ressalva ao mérito do genitor do mesmo. Apenas não tendo sido ainda a Biblioteca oficialmente inaugurada nem feitas as comunicações sobre o nome inicialmente cogitado, nenhum inconveniente se apresentava à medida proposta.

ta. O leus. Sigismundo Labral de Melo, esclareceu, em seu pronunciamento, que vota contra, apenas, porque achava que uma vez posto o nome, não mais deveria ser mudado, mas, que o seu voto não constitua qualquer restrição ao nome do ranchoso Reitor Amazonas. Na ordem do dia foram apreciados os seguintes pareceres da Comissão de Sindicância: pelas inscrições provisórias no quadro de Advogados dos bacharéis José Napoleão Tavares de Oliveira, com impedimento contra a Fazenda Estadual; Thelio Arona Marques, com impedimento contra a Fazenda Federal; Manuel Arthur Cavalcanti de Albuquerque e José José da Cruz, ambos sem impedimentos, pelas inscrições definitivas, no quadro de advogados, dos bacharéis Francisco Givaldo Reinto de Carvalho e Getúlio Leãozinho Salgueiro, ambos sem impedimentos, pela transformação em definitivas das inscrições provisórias dos bacharéis, Severino Pereira Guimarães, Gualdo Lafayette Bezerra, Jacinto de Siqueira Simões, com impedimentos contra a Fazenda Federal; José Arthur Latache Pimentel, Ruy Campos da Cruz, Genesio, Geraldo Neves Ferreira, com impedimentos contra a Fazenda Estadual; Ulirajara de Azevedo Chaves, Váriso José da Rocha Pereira, José Cláudio de Arruda Pacheco, José Carlos Dourado de Azevedo e Demival Bezerra Moura, todos sem impedimentos.

pelas inscrições no quadro de Solicitadores
 dos acadêmicos José Maria de Almeida, -
 com impedimento de procurar junto a Justiça da Auditoria de Guerra, ^{to R.M.}
 José Lucas Sebral, Augusto dos Santos Rosas,
 Sérgio Cavaleanti Costa, e Achilles Alves Cam-
 pos, todos sem impedimentos. Foi unani-
 memente aprovado pela Comissão de Sindicam-
 -to o parecer do Conselheiro Jorge Bartholomeu
 Carneiro da Cunha, referente ao pedido de
 inscrição originária e provisória do Bel. Antônio
 de Pádua Leão Carneiro, que exerce o cargo
 de Tabelião Público da Comarca de São Paulo.
 De acordo com o parecer, o requerimento
 foi unanimemente indeferido. O Conselheiro
 Belágio Silveira, referiu-se a um ofício-circular
 recentemente enviado aos Senhores Conselheiros,
 sobre a frequência dos mesmos às reuniões
 da Ordem e disse que estranhara a atitude
 do Presidente em exercício, Carlos Martins
 Moreira, pois considerava o ofício desnecessá-
 -rio e mesmo inamistoso. Tecer uma série
 de considerações sobre o assunto e terminando
 propondo que as sessões da Ordem, passassem
 a ser feitas às 10 horas da manhã, pois o
 horário à tarde lhe parecia ser causa principal
 da irregularidade de frequência dos Senhores
 Conselheiros, uma vez, que coincidia com o ho-
 -rário das atividades forenses. Os Conselheiros
 Antônio Ferreira Magalhães, Bergueses Elliot,
 Rodolfo Albuquerque de Araújo, Rivaldo Le-
 -mar, José Laurêncio Accioly e Alegar-
 -Sorianos, debateram o assunto, todos decla-
 -rando que não consideravam inamis-

toro o ofício, mas, revelador do interesse da Presidência em regularizar a frequência dos Conselheiros, com o que concordaram todos os demais Conselheiros presentes. O Cons. Antonio Ferreira Magalhães, terminou o seu pronunciamento apelando para o Cons. Pelágio Silveira, no sentido de retirar o seu pedido e que constasse da ata; o seu ponto de vista, d'êlê, Pelágio Silveira, sobre o ofício. Em seguida, o Sr. Presidente esclareceu o seu intuito ao enviar o ofício circular o qual nem de longe lhe parecia pôr capax de sensibilizar qualquer dos Senhores Conselheiros, aos quais devia não apenas, considerações como estímulo. Em seguida, pôs em votação a proposta do Conselheiro Pelágio Silveira, no sentido de transferir para o período da manhã as reuniões do Conselho. Unanimemente, foi aprovada a proposta, fixando-se para às 10 (dez) horas da manhã, o início das reuniões. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. Do que, para constar, lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela mesa que presidir a sessão seguinte.

J. Amalanti - Presidente
 L. S. S. - 1.º Sec.
 R. S. S. - 2.º Sec.